

OS LIMITES ENTRE O ADVÉR'BIO E A CONJUNÇÃO¹

Elisete Maria de Carvalho Mesquita²

RESUMO

Com este artigo pretende-se fazer algumas considerações sobre as classes **conjunção** e **advérbio**, com o objetivo de mostrar até que ponto esses dois itens gramaticais apresentam semelhanças e/ou diferenças.

Palavras-chave: *Gramática; classes gramaticais; conjunção, advérbio.*

ABSTRACT

This research aims to make some considerations about the conjunction and adverb as grammatic classes, with the purpose to show the similarities and the differences among these classes.

Keywords: *Grammar; grammatic classes; adverb; conjunction.*

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As semelhanças verificáveis no modo de tratamento dos termos **conjunção**, **preposição** e **advérbio** costumam dar verdadeiros nós na cabeça dos estudiosos ou interessados pelas questões relativas à Língua Portuguesa. Pode-se dizer que os diferentes modos de se tratar esses termos são decorrentes da absoluta ausência de consenso entre os pesquisadores no que toca à definição e, principalmente, à classificação desses itens lingüísticos.

¹ Este artigo é parte da tese de doutoramento intitulada *As legítimas conjunções coordenativas do português contemporâneo*, defendida em 2003 na UNESP de Araraquara-SP e financiada pela FAPESP.

² Instituto de Letras e Linguística (ILEEL) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). elismcm@terra.com.br

Pensando em questões como essa, este estudo visa a fazer alguns comentários sobre as classes **advérbio** e **conjunção**, na tentativa de mostrar até que ponto essas duas classes apresentam aspectos convergentes e/ou divergentes.

2. CONJUNÇÃO E ADVÉRBIO

As dificuldades de delimitação das áreas de atuação das classes **advérbio** e **conjunção**, na realidade, são compreensíveis, uma vez que se deve considerar que tais elementos apresentam muitos pontos em comum, o que, em grande parte, justifica essa confusão de idéias e divergência de posicionamentos. Além disso, pode-se acrescer o fato de ser bastante tênue a linha que divide as classes **conjunção** e **advérbio**, o que, muitas vezes, dificulta consideravelmente a classificação de um ou de outro item.

Ao tratar da classe **advérbio**, Pottier (1962, p. 53) coloca de maneira muito interessante o problema da rotulação e do enquadramento dos elementos lingüísticos em uma classe de palavra mais adequada às suas características.

Parece que se incluíram nas gramáticas sob a rubrica 'advérbios', todas as palavras com as quais não se sabia o que fazer. A sua lista não se fecha nunca e não se lhe dá uma definição integrante.

Não há como negar, entretanto, que essa confusão pode se agravar ainda mais quando alguns autores tratam individualmente de cada uma dessas classes, nada comentando sobre as possíveis aproximações e relações existentes entre elas, enquanto outros generalizam tanto que chegam a englobar todos esses itens lingüísticos em uma única e gigantesca categoria. Jespersen (1963, p. 88), por exemplo, chama os advérbios, as preposições, as conjunções e as interjeições de **partículas**, dizendo que não há razão para discriminar tais elementos em classes distintas, já que suas funções específicas somente são percebidas a partir da consideração de um contexto maior.

Concorda-se, em parte, com as considerações de Jespersen, principalmente no que se refere à relação função/contexto. No entanto, não se pode deixar

de mencionar a importância de se fazer um levantamento minucioso das características, usos e funções de cada um dos elementos que representam as dez classes de palavras convencionadas para muitas línguas, inclusive, para a Língua Portuguesa. No caso desta pesquisa, interessam, particularmente, os limites entre as **conjunções**, principalmente as coordenativas e os **advérbios**.

Dessa maneira, começa-se pela consideração das definições atribuídas aos termos **conjunção** e **advérbio** pela grande maioria das gramáticas que circulam no Brasil. A partir de tal análise, percebe-se que, à primeira vista, essas são duas classes de palavras bastante distintas. Observe-se, por exemplo, como Bechara (1999) define esses dois termos:

Advérbio é a expressão modificadora que por si só denota uma circunstância (de lugar, de tempo, de modo, de intensidade, de condição, etc) e desempenha na oração a função de adjunto adverbial. (p.287);

Conjunções são unidades que têm por missão reunir orações num mesmo enunciado. (p.319).

Uma análise superficial faz pensar que **conjunção** e **advérbio** são itens lingüísticos que apresentam características diferentes e têm domínio e função também distintos. No entanto, uma análise percuciente não se resume às definições de termos, mas tenta explicar em que sentido os itens de uma língua podem se aproximar ou se distanciar.

Por meio de um exame mais cuidadoso, constata-se, então, que são justamente as várias “circunstâncias” expressas pelos advérbios que fazem que eles, em determinadas situações, sejam confundidos com as conjunções.

Cientes dos problemas que rodeiam esse assunto, alguns autores sempre fazem referência à conjunção quando tratam dos advérbios ou vice-versa. Bechara (1999), estudando as conjunções coordenativas, diz que alguns advérbios, graças à sua mobilidade posicional, colocam-se de tal modo que levam alguns gramáticos a classificá-los como conjunções coordenativas, sendo que isso acontece com maior freqüência com as explicativas, as correlativas e as adversativas. Para Bechara (1999),

as diferenças entre as classes **advérbio** e **conjunção** são muito claras e o número de conjunções coordenativas está muito bem definido. São apenas seis: *e*, *nem*, *ou*, *mas*, *porém*, *senão*. Os demais itens citados pela grande maioria das gramáticas de Língua Portuguesa são, segundo esse autor, **unidades adverbiais**.

Tal exatidão, porém, não é apresentada por muitos gramáticos brasileiros, que preferem se repetir uns aos outros a propor explicações para o fato de alguns elementos lingüísticos, como o advérbio e a conjunção, por exemplo, serem tão confundidos. Aqueles que tomam ciência dessa confusão e decidem tentar solucioná-la costumam sugerir **testes práticos**, que têm como objetivo comparar algumas propriedades dessas duas classes gramaticais, a fim de se concluir se elas são advérbios ou conjunções, verdadeiramente.

Sandmann (1982) é um desses autores que propõem uma solução prática para se evitar confusões e/ou dúvidas quanto à classificação das duas classes de palavras discutidas neste estudo. Para ele, os **coordenantes puros ou pacíficos**, de acordo com sua terminologia, não coocorrem com outro coordenante de igual estatuto, ou seja, quando acontece de dois elementos 'coordenativos' aparecerem um após o outro no mesmo enunciado, apenas um deverá ser considerado genuinamente coordenativo, o outro deverá ser tido como pertencente à outra classe gramatical qualquer.

A partir desse raciocínio, Sandmann (1982) testa itens lingüísticos tidos como **conjunções coordenativas** pela tradição gramatical e conclui que são apenas cinco as conjunções coordenativas da Língua Portuguesa: *e/ou/mas/pois/logo*, sendo que os demais elementos por ele analisados são classificados como **advérbios**.

Percebe-se que a conclusão desse autor, na verdade, apenas restringe o número de conjunções do Português, uma vez que cada um dos elementos lingüísticos comprovados **coordenativos**, segundo sua análise, representa as velhas cinco classes de conjunções coordenativas defendidas pelas gramáticas tradicionais: *e* (aditiva), *mas* (adversativa), *ou* (alternativa), *pois* (explicativa), *logo* (conclusiva).

Abreu (1997) também propõe explicações para o fato de alguns elementos serem mais (ou menos) coordenativos. Talvez suas explicações não possam ser chamadas de testes. No entanto, têm semelhança com a técnica apresentada anteriormente por Sandmann (1982). Adotando a teoria dos protótipos³, esse autor conclui que as conjunções *e* (aditiva), *mas* (adversativa), *logo* (conclusiva) são mais prototípicas do que as conjunções explicativas e alternativas. As primeiras possuem grau 0 (zero) de prototipicidade, ao passo que as segundas possuem grau 01 (um). Para a apresentação de tais resultados, Abreu (1997) submete tais conjunções a algumas “provas”, e conclui que *e/mas/logo* são mais prototípicas por que: a) não precisam de identidade de tempo e/ou sujeito; b) não têm ligação entonacional; c) não estão no escopo da anterior; d) manifestam iconicidade temporal; e) não estão dentro do escopo da oração coordenante.

As palavras de Neves (1998, p. 50) vão ao encontro da discussão ora estabelecida, ou seja, sobre a relação advérbio/conjunção e a realização de testes que objetivam demarcar os limites e a zona de atuação de cada uma dessas partes do discurso:

Em português, também, as partículas adverbiais são fontes de elementos coordenativos, e também são fluidos os limites entre um papel semântico-discursivo e um papel basicamente relacional de tais partículas. Fluida é a própria classificação atribuída a elementos ou sintagmas como *porém*, *entretanto*, *contudo*, *no entanto*, *portanto*, *por conseguinte*. As gramáticas mais recentes arrolam todas essas formas entre as conjunções, embora elas não passem nos testes que lhe poderiam dar esse estatuto.

É lógico que não são todos os interessados no processo coordenativo que propõem testes práticos para a solução de problemas que porventura apareçam. Além do mais, nem todas as situações problemáticas se resolvem por meio da aplicação de tais expedientes. O importante é que,

³ Michaelis (1998, p. 1718) assim define o termo protótipo: “o exemplar mais exato, de maior perfeição.” A definição apresentada pelo próprio Abreu (1997, p. 20) é ainda mais esclarecedora: “elementos prototípicos são aqueles que estatística e probabilisticamente apresentam o maior número das mais importantes propriedades/peculiaridades características da categoria.”

estabelecendo testes ou não, muitos autores reconhecem a confusão associada às classes **advérbio** e **conjunção** e, de um modo ou de outro, sempre tocam nessa questão.

Para Lemle (1984, p. 99), o termo **conjunção** se aplica somente às coordenativas. Os elementos que em muitos estudos são chamados **conjunções subordinativas** são por ela denominados **complementizadores**. Para essa autora, existem apenas cinco conjunções na Língua Portuguesa: *e*, *mas*, *porém*, *ou*, *pois*, sendo que elementos como *todavia*, *contudo*, *no entanto*, ficariam mais bem descritos como **advérbio sentencial**, no caso do primeiro e **sintagma preposicional**, no caso dos dois últimos.

Mattos e Silva (1993, p. 120), estudando o Português arcaico, afirma que a conjunção aditiva ou copulativa *e* (Latim *et*) é a conjunção coordenativa por excelência, *porém*, *além dela*, *ou* e *nem* são conjunções latinas que permaneceram, originariamente, no Português. Outros elementos considerados conjunções pela orientação tradicional como, *portanto*, *todavia*, etc, “provêm de advérbios ou de sintagmas preposicionados “lexicalizados”, o que, de uma maneira ou de outra faz que eles tenham características distintas de um coordenador puro, como é o caso de *E*.

Pode-se dizer que, com exceção dos gramáticos tradicionalistas, os demais autores que se dedicam ao estudo do fenômeno coordenativo, de modo geral, admitem a existência de poucas conjunções coordenativas, que, ainda assim, variam de autor para autor, porém não costumam fugir à seguinte classificação: **aditivas**, **adversativas** e **alternativas**.

Além dessas três classes de conjunções, Lemle (1984, p.100) acrescenta mais uma: a **implicação**, representada pela conjunção *pois*.

Segundo essa autora,

O papel sintático das conjunções coordenativas é o de colocar as duas sentenças por elas ligadas em posições paralelas na estrutura sintática. Semanticamente, são quatro as relações lógicas possíveis entre duas sentenças: união (*e*), disjunção (*ou*), oposição (*mas*) e implicação (*pois*).

Refletindo sobre a análise das conjunções feita por Lemle (1984),

percebe-se que *porém*, tido pela autora como uma verdadeira conjunção coordenativa, não se encaixa numa das quatro relações lógicas arroladas por ela. Seguindo o raciocínio da autora, parece que, na verdade, as conjunções coordenativas do Português não são cinco, mas apenas quatro: *e/ou/mas* e *pois*.

Esta pesquisa considera e analisa somente três conjunções coordenativas da Língua Portuguesa, a saber: *e/ou/mas*. Os demais itens lexicais mencionados no decorrer deste estudo serão considerados **advérbios**, a exemplo de Quirk *et al.* (1985), Bechara (1999), dentre outros.

A partir da decisão mencionada no parágrafo anterior, fica claro que se concorda com os testes realizados por diferentes autores para a comprovação de quais elementos podem, realmente, ser considerados **conjunções coordenativas**. Acredita-se que as explicações fornecidas após a realização desses testes, somadas à análise do comportamento das conjunções *e/ou/mas* nos textos em que se inserem podem ser decisivas para se chegar às conclusões sobre o enquadramento de muitos itens gramaticais nas classes conjunção e advérbio.

Nesse sentido, faz-se a reprodução do esquema criado por Neves (1998, p. 54) que mostra o percurso dos elementos tidos como conjunções coordenativas pela tradição gramatical ao longo de sua história lingüística:

ENTRETANTO, CONTUDO, TODAVIA => PORÉM => MAS => E, OU

O esquema de Neves (1998) revela que os elementos situados à esquerda são os que ainda estão em processo de gramaticalização. Pode-se dizer que no momento atual eles não são conjunções, o que não significa concluir que eles jamais gozarão de tal classificação. Quanto mais os itens lingüísticos inseridos neste esquema se aproximam do extremo oposto, ou seja, da direita, mais gramaticalizados estão na língua.

Por aí se vê que dos elementos localizados mais à esquerda do esquema, **MAS** é o que está mais apto a receber o título de **conjunção coordenativa**, o que leva a concluir que as verdadeiras coordenativas da Língua Portuguesa não são tão numerosas como a tradição gramatical defende.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tem-se a consciência de que este estudo assume uma postura que, até certo ponto, vai de encontro à classificação das conjunções coordenativas há muito apresentada nos estudos que seguem orientação tradicional. Espera-se, entretanto, que essa classificação, um pouco diferente da maioria encontrada, contribua, mesmo que de forma simplista, para o esclarecimento de algumas questões relacionadas ao tema discutido.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. S. de. Coordenação e subordinação: uma proposta de descrição gramatical. *Alfa*, São Paulo, v. 41, p.13-37, 1997.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- FERREIRA, A. B. de H. *Moderno dicionário da língua portuguesa*. Versão eletrônica. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, 1 cd.
- GARCIA, O. M. *Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever aprendendo a pensar*. 19. ed. Rio e Janeiro: Ed. FGV, 2000.
- JESPERSEN, O. *The Philosophy of Grammar*. London: G. Allen; Unwin, 1963.
- LEMLE, M. *Análise sintática*. São Paulo: Ática, 1984.
- MATTOS e SILVA, R. V. *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 1993.
- MICHAELIS. *Moderno dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1998.
- NEVES, M. H. DE M. A gramaticalização e a articulação de orações. *Estudos Linguísticos*, São José do Rio Preto, v. 27, p. 46-56, 1998.
- _____. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.
- POTTIER, B. *Systématique des éléments de relation*. Paris: Klincksieck, 1962.
- QUIRK, R. *et al.* *A Comprehensive Grammar of the English Language*. New York: Longman, 1985.
- SANDMANN, A. J. *Análise crítica da classificação tradicional e construtural dos coordenativos*. 1982. Dissertação (mestrado em Lingüística e Língua Portuguesa) – Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 1982.